

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ocorridas entre os anos de 2003 e 2015, relacionadas à concessão de empréstimos suspeitos e prejudiciais ao interesse público.

REQUERIMENTO N.º , DE 2015

(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Senhor CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA ANDRADE do Grupo CAOA.

Senhor Presidente

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam tomadas as providências necessárias à Convocação do **Senhor Carlos Alberto de Oliveira Andrade do Grupo CAOA**, para prestar depoimento nesta CPI e esclarecer as supostas denúncias de recebimento de vultosos empréstimos do BNDES

JUSTIFICATIVA

A nova fase da Operação Zelotes, deflagrada no dia 26/10, atingiu em cheio um dos homens mais ricos e poderosos do País: o empresário Carlos Alberto de Oliveira Andrade, dono do grupo Caoa, que representa a montadora sul-coreana no Brasil. O **Grupo Caoa** é o maior distribuidor da marca Ford no Brasil, além de ser o distribuidor oficial das marcas Subaru e Hyundai no Brasil

A vinculação do Sr. Carlos Alberto de Oliveira Andrade às questões relativas a empréstimo irregular ao que parece não se resume a contrato envolvendo o nome do BNDES, mas também a outros fatos que foram destaque na mídia nacional.

Assim sendo, transcrevemos o inteiro teor da matéria jornalística veiculada pela Revista ISTOÉ, de 31 de julho de 2015, com o seguinte título:

“Os R\$ 2 milhões da montadora Caoa para o operador de Pimentel. Amigo do governador de Minas Gerais, Bené usava empresas de fachada e é suspeito de intermediar negócios com o BNDES.”

“Bridge, em inglês, significa ponte. Localizada em Brasília, a Bridge Participações é propriedade do empresário Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o Bené. Bené é amigo de Fernando Pimentel (PT), governador de Minas Gerais. Um ótimo amigo: já emprestou avião e pagou R\$ 12 mil para Pimentel e a mulher passarem férias num resort na Bahia. Pimentel e Bené são investigados pela Polícia Federal, na Operação Acrônimo, por lavagem de dinheiro – e por suspeita de, justamente, fazer uma ponte. Entre empresas que desejam empréstimos no BNDES e o próprio BNDES. Bené é o principal caminho para a PF investigar a caixa-preta do banco estatal e deve ser um dos focos da CPI do BNDES, a ser instalada no próximo dia 5 na Câmara dos Deputados. ÉPOCA obteve cópias de notas fiscais da Bridge e de outra empresa de Bené, a BRO. A história das notas fiscais é repleta de coincidências, envolvendo as duas empresas e seu dono, a montadora Caoa, que fabrica e revende carros da sul-coreana Hyundai no Brasil, e Fernando Pimentel – que, antes de ser governador de Minas, era ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Pasta a que o BNDES é subordinado. Para a polícia, nem sempre coincidências são meras coincidências.



CRÉDITO

Fernando Pimentel (ao centro) na inauguração da fábrica da Caoa, em 2013. A montadora recebeu benefícios fiscais do ministério (Foto: Lailson Damasio/Palácio do Governo)

Em fevereiro de 2012, o BNDES financiou a construção de uma fábrica da Hyundai em Piracicaba, São Paulo, por R\$ 218 milhões. Ainda em 2012, o governo lançou o programa Inovar Auto, como forma de modernizar a indústria automobilística em troca de isenções fiscais. Em 2013, a montadora foi habilitada para iniciar a produção do veículo ix35, além de importar carros com desconto no IPI. Uma das portarias assinadas por Pimentel autoriza a importação de 2 mil veículos. Uma das principais apostas da Caoa, a linha de produção do ix35 foi inaugurada em 17 de outubro de 2013, com a participação de Pimentel. Na ocasião, o fundador da Caoa, Carlos Alberto de Oliveira Andrade, deixou claro qual era a importância da relação com o governo. “O Inovar Auto é que viabilizou esse nosso investimento de mais de R\$ 600 milhões”, afirmou Andrade. É nesse ponto da cronologia que entram as notas fiscais a que ÉPOCA teve acesso. De acordo com elas, a Caoa repassou R\$ 2,21 milhões às duas empresas de Bené, Bridge e BRO, entre outubro de 2013 e junho de 2014. Um desses depósitos, no valor de R\$ 240 mil, foi realizado no dia 22 de outubro, cinco dias depois do discurso de Carlos Alberto e da visita de Pimentel à fábrica.

Um dos fatores a despertar a curiosidade era a natureza dos serviços prestados, sempre extremamente vaga. De acordo com uma das notas fiscais obtidas pela reportagem, “estudo de processo produtivo usando como meio de pesquisa a internet”. O que significa isso? Procurar no Google? Talvez algo mais, pelo preço: R\$ 265 mil. Outra nota segue a mesma lógica. “Estudo e planejamento de ações usando ferramentas tecnológicas existentes no mercado.” Bené, denunciado na quinta-feira, dia 30, pelo Ministério Pùblico Federal por desvio de R\$ 2,9 milhões em 14 contratos irregulares para a realização de eventos do Ministério das Cidades no período de 2007 e 2009, agora se revela um expert no uso de “ferramentas tecnológicas”. Segundo a Caoa, foram as empresas – de mesmo dono, vale dizer – que “ofereceram propostas de prestação de serviços, como é usual no mercado”. A Caoa não mostrou qualquer comprovante dos serviços prestados. A montadora afirma ainda que foram feitos estudos mercadológicos e estratégias comerciais no setor automobilístico.

Dos R\$ 2,21 milhões recebidos da Caoa, a maior parte foi para a Bridge: R\$ 1,46 milhão. Essa empresa foi o primeiro foco da investigação da PF, por ter sido usada para comprar um avião para Bené – o mesmo que foi alvo de uma batida policial em outubro do ano passado. O diretor é Ricardo Guedes, funcionário de Bené contratado por R\$ 7 mil. À PF, ele disse que sabia apenas de um empreendimento, para a exploração de garimpo em Serra Pelada – nada a ver com as proezas tecnológicas contratadas pela Caoa. O próprio diretor da Bridge colocou dúvidas sobre os serviços da empresa. “A respeito da contabilidade da Bridge, informa que não tem certeza se os serviços referentes ao faturamento foram todos prestados”, disse em depoimento à PF obtido por ÉPOCA. A Bridge foi criada em 2011 pelo empresário José Appel (que assumiu o cargo de contador) e, desde 2013, é controlada por Bené por meio de Guedes (que já admitiu à PF que Bené é o verdadeiro dono).

Tanto Bridge quanto BRO, constatou a PF, são empresas de fachada. A BRO tem como sócios Bené e seu filho Paulo, de 21 anos. A empresa divide endereço com outras firmas do empresário, todas na lista de investigadas no inquérito da Operação Acrônimo. Bené é suspeito de fazer “confusão patrimonial” e ser o operador de Pimentel. Assim escreveu a PF: “Fernando Pimentel seria o chefe da organização criminosa operada financeiramente por Benedito, grupo criminoso especializado em lavagem de capitais oriundos de desvio de recursos públicos e aplicação de parte dos valores branqueados em campanhas. Pimentel teria recebido diretamente vantagem ilícita em razão do cargo então ocupado”.

O advogado de Bené, José Luis Oliveira Lima, diz não poder se manifestar em razão do sigilo do inquérito. “No momento oportuno, meu cliente prestará os esclarecimentos devidos.” Procurado, Pimentel diz, por meio de seu advogado, desconhecer as contratações. Segundo Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, Pimentel “jamais fez qualquer pedido”. “A investigação tem se desenvolvido, infelizmente, com uma conotação política e a PF não possui nenhum indício sequer de qualquer irregularidade da conduta do governador”, afirma o advogado.

O BNDES afirma que não houve financiamento à Caoa, e sim à Hyundai, para a construção da fábrica para produzir o carro HB20. A Caoa afirma não ter relação com o financiamento à Hyundai. A montadora informa ainda que o Inovar Auto beneficiou outras empresas. “É um programa importante para a Caoa e para todas as outras 23 empresas do setor que participam igualmente do Inovar Auto.” A empresa afirma que os contratos com a Bridge e BRO foram regulares. Nem a Caoa nem o Ministério do Desenvolvimento informam o valor total das isenções fiscais recebidas pela montadora no Inovar Auto. Segundo a Pasta, não houve privilégios à Caoa e a apuração é feita pela Receita Federal. O advogado de José Appel, Daniel Gerber, afirma que a Bridge só passou a emitir notas quando Bené assumiu a empresa. “A relação com todos os clientes sempre foi pautada pelos limites da profissão, não cabendo ao contador questionar a documentação aparentemente legal que seus clientes apresentam. Estaremos à disposição do Judiciário.”

*Os repasses para a Bridge e BRO são o terceiro indício para uma mesma suspeita da PF: os incentivos do BNDES e do Ministério do Desenvolvimento podem ter sido facilitados por repasses a Fernando Pimentel. A mulher de Pimentel, **Carolina Oliveira**, é uma das principais suspeitas, junto com Bené. Ela recebeu R\$ 236 mil da Pepper, que prestou serviços ao BNDES. E recebeu outros R\$ 2,5 milhões do consultor Mário Rosa, que prestava serviço a empresas que receberam financiamentos do BNDES. Agora, ÉPOCA revela um novo caminho do dinheiro, por meio de Bené. O empresário, aliás, já era investigado por lavagem, depois de ter sido pego com R\$ 113 mil em seu avião, durante a eleição do ano passado. Também é denunciado pelos desvios nos*

contratos com o Ministério das Cidades. Faltava, contudo, desvendar como Bené ganhava dinheiro ligado à atuação de Pimentel no governo. Os documentos revelados por ÉPOCA fornecem novas pistas nesse sentido. O caso, em razão de Pimentel ser governador, é investigado no Superior Tribunal de Justiça.

Deste modo, torna-se relevante a aprovação do requerimento de convocação do Sr. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA ANDRADE, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca do exposto e/ou de fatos correlatos.

Sala das Comissões, em 27 de outubro de 2015.

**Dep. ARNALDO JORDY
PPS/PA**